

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

SISTEMAS ESCALARES EM GEOGRAFIA

Adriana Dorfman

Boletim Gaúcho de Geografia, 19: 31-47, maio, 1992.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38013/24496>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1992

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

SISTEMAS ESCALARES EM GEOGRAFIA

Adriana Dorfman*

"A situação era tão nova que as velhas idéias não serviam mais. Emília compreendeu um ponto que Dona Benta havia explicado, isto é, que nossas idéias são filhas de nos experiênciamos. Ora, a mudança do tamanho da humanidade vinha tornar as idéias tão inúteis como um tostão furado. A idéia duma caixa de fósforos, por exemplo, era a idéia duma coisinha que os homens carregavam no bolso. Mas com as criaturas diminuídas a ponto duma caixa de fósforos ficar do tamanho dum pedestal de estátua, 'a-ideia-de-caixa-de-fósforos' já não vale mais coisa nenhuma. A 'idéia-de-leão' era a dum terrível e perigosíssimo animal, comedor de gente, e a 'idéia-de-pinto' era a dum bichinho inofensivo. Agora é o contrário. O perigoso é o pinto."

M. Lobato. "A Chave do Tamanho". p. 11.

GENERALIDADES

Menções a respeito de escala são muito comuns na Geografia, bem como em outras ciências. Na História, trata-se de escalas temporais. Nas Ciências Sociais, fala-se em micro e macro, referindo-se respectivamente ao cotidiano e às unidades sociais "grandes". Também a Economia usa esses conceitos.

O instrumento, por excelência, do raciocínio geográfico é o mapa e este sempre está codificando uma relação entre a distância real e a sua representação. Esse tipo de escala, dita escala cartográfica, surge para superar a ausência de uma correspondência 1 a 1 entre realidade e simbolismo. Quando um símbolo é bem empregado adquire potência e reconhecimento e talvez seja este o motivo da tão mencionada escala não ser sempre alvo de discussão.

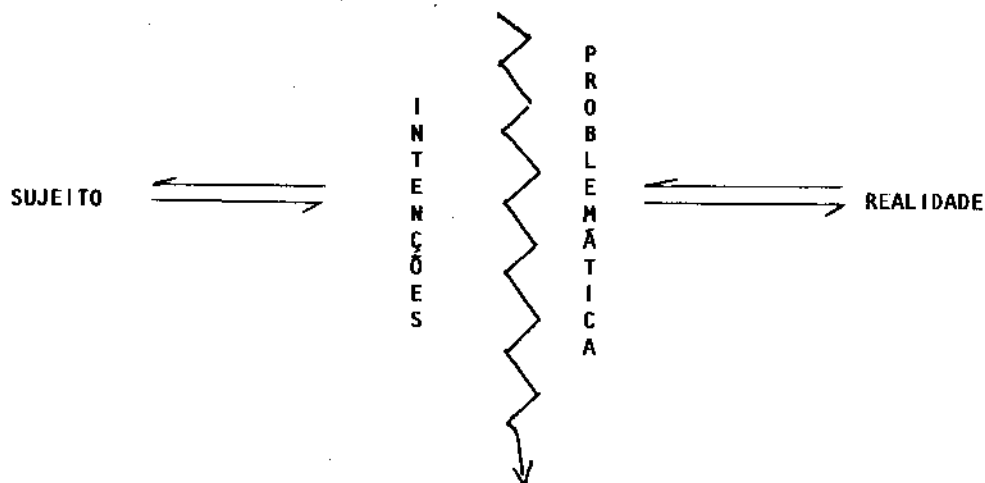
RACINE et al. (1983, p.24) chamam a atenção para a necessidade de explicitar conceitos e procedimentos segundo escalas geográficas, "através do que se pode precisar as condições e as manobras necessárias para realizar observações coerentes e para interpretá-las no conjunto de um sistema conceitual explícito". E estabelecem uma série de postulados, segundo os quais:

* Licenciada e Bacharel em Geografia, Mestranda em Geografia, Política na UERJ. Professora no Colégio Pedro II, RJ.

Trabalho entregue para publicação em abril de 1992.

- 1) A escala condiciona a natureza das observações e a imagem obtida pelas mesmas;
- 2) Cada atributo se manifesta numa escala espacial específica, requerendo uma teoria compatível e uma adequação do tipo e do grau da generalização dos dados;
- 3) A agregação e atomização é sujeita a efeitos falaciosos;
- 4) A escala é um processo de esquecimento coerente, um recorte no conjunto dos elementos reais do subconjunto pertinente segundo fins e intenções;
- 5) A escolha da escala envolve intenção e ação, já que a nomeação de uma problemática envolve poder, reconhecer ou ignorar a existência de um território e daquilo que ele contém.

Resumindo esquematicamente:



Definição de uma escala

(Modificado de RACINE et al. 1963, p.129)

Um dicionário de Geografia de uso corrente nos dá um enfoque distinto da interferência da escala na pesquisa geográfica. São três as dificuldades:

- "(a) Cobertura em escalas: existem evidentes dificuldades para assegurar um monitoramento regular e abrangente do mundo em todas escalas relevantes e a Geografia supera isso através da exploração, pesquisa e acompanhamento contínuo de domínios particulares ou através do uso de técnicas de amostragem;
- (b) Estandartização de escalas: é frequentemente difícil obter dados

em padrões de amostragem equivalente, especialmente quando se trata de estudos comparativos, e esse problema é contornado, em parte, através de vários algoritmos de agregação e, em parte, através de técnicas de ponderação de áreas;

(c) Relação entre escalas: existem três possibilidades de conexões entre níveis escalares:

- 1) Num mesmo nível - numa relação comparativa.
- 2) De um nível superior para outro inferior - numa relação contextual.
- 3) De um nível inferior para outro superior - numa relação agregativa.

Problemas inferenciais surgem nos dois último casos, dado que generalizações a respeito de padrões e processos num nível podem não ser próprios em outros ()..." (Johnson et al. 1981 p.301).

A questão das escalas e de sua agregação pode, como se viu acima, ser tratada como um problema filosófico ou metodológico (técnico, até). Ambas abordagens são apropriadas mas parece que delas escapa a motivação fundamental deste trabalho: Quais os recortes espaciais relevantes e como é possível articulá-los? Dado um problema concreto, como diagnosticar a 'estratigrafia' social e politicamente relevante? Qual é a suite de escalas para a questão do Mercosul (ou como aplicar as escalas num caso concreto)?

Evitando aprofundar discussões filosóficas - por desconhecimento - buscou-se respostas nas formulações da geografia política produzida nos anos 80. Com o auxílio de Yves Lacoste, francês, Peter Taylor, inglês e Bertha Becker, brasileira, tentar-se-a conhecer mais sobre o tema. Usou-se também a metodologia proposta por Coraggio na tentativa de aumentar o nível de abstração dessa discussão. Na parte final do trabalho buscar-se-a aplicar os sistemas escalares de cada autor à questão contemporânea da integração econômica dos mercados de quatro países do Cone Sul - Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, constituindo o Mercosul - identificando e discutindo as escalas relevantes para cada sistema.

Ordens de grandeza e níveis de análise: a proposta de Lacoste

A discussão da proposta de Yves Lacoste sobre escalas se baseia na leitura de três de seus textos. "A Geografia, Isso Serve em Primeiro Lugar para Fazer a Guerra", publicado no Brasil em 1988, mas em circulação na França desde 1976; o primeiro de três volumes de "Unité et Diversité du Tiers Monde", cujo subtítulo é 'Des Représentations Planétaires aux Stratégies sur le Terrain', 1980; e finalmente, a comunicação apresentada na Conferência Regional Latinoamericana da UGI, publicada em seus anais sob o título "Différents Niveaux D'Analyse Géopolitique: Du Planétaire au Local et du Local au Planétaire", no ano de 1982.

LACOSTE (1982) diz que, para ser eficaz, o raciocínio geográfico deve respeitar três condições:

1) Levar em conta o máximo de fenômenos cartografáveis, dando uma visão política e cultural, com dados naturais (topografia, pedologia, clima, formações vegetais) e demográficos, além da hoje habitual abordagem econômica;

2) Enfatizar as particularidades da configuração espacial de cada um desses fenômenos. Considerar cada fenômeno como um **conjunto espacial**, sublinhar as não-coincidências. Restringir a utilização do termo "região" somente a divisões políticas;

3) Classificar os conjuntos espaciais em função da divisão do trabalho científico (conjuntos climáticos, geomorfológicos, etc.), mas também em função de suas dimensões, segundo **ordens de grandeza**.

Além desses princípios básicos, o autor nos alerta que a metodologia por ele proposta - e que será esmiuçada a seguir - não deve ser interpretada como um modelo teórico geral, pois este seria incapaz de responder a questões concretas. A insistência em análises de nível global, com um alto grau de abstração não dá conta - ou somente parcial ou deformadamente - dos fenômenos que não são de extensão planetária, dificultando a compreensão de tudo que não é global. Ele sugere que o espaço seja considerado como estratificado (feuilleté) segundo ordens de grandeza. "Uma superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados" (Lacoste, 1988, p.70). Eis aí mais uma razão para restringir o uso do conceito de região, que supõe uma divisão privilegiada do espaço. Assim como a análise planetária, a análise regional tem um alcance limitado, tornando-se um conceito-obstáculo para pesquisas outras que não as políticas.

Para a análise geográfica, o autor sugere a identificação de **conjuntos espaciais**: conjuntos definidos por seus elementos e relações, por um contorno cartográfico particular. Cada conjunto oferece um conhecimento extremamente parcial da realidade, uma representação da realidade, objeto e ferramenta do conhecimento produzido pelas diversas disciplinas científicas. Ele acrescenta: "cada uma dessas abstrações dá conta, de modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que podem ser discernidos na 'realidade', aspecto percebido dentro de sua configuração espacial, em função de uma certa preocupação. Mesmo os conjuntos que representam sobre a carta objetos indistintamente reais como rios, montanhas, oceanos, são abstrações, dado que em pequena escala leva-se em conta somente esse ou aquele aspecto, o traçado, os contornos de 'realidades' tão mais complexas". LACOSTE, 1980, p.162-163).

Os conjuntos espaciais se alinham por níveis de análise e conceituação. Deve-se notar uma distinção entre escala (entendida como escala cartográfica) e nível de conceituação: não se trata das relações de redução segundo as quais se efetuam as diversas representações cartográficas da realidade, mas de espaços de tamanhos diferentes, qualitativamente diferentes. Cada fenômeno só pode ser representado numa dada escala. Em outras ele desaparece ou tem seu significado distorcido.

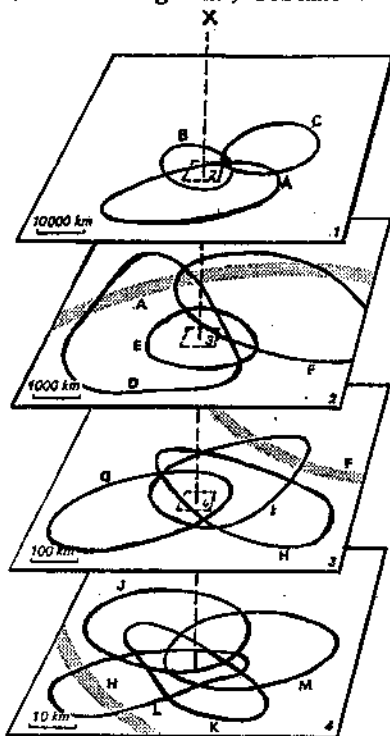
A transformação da problemática (uma operação intelectual) pela mudança de escala corresponde a uma mudança no nível de conceituação e análise das características estruturais que permitem delimitar os contornos dos conjuntos espaciais. Os conceitos e categorias dependem, portanto do nível em que a realidade é recortada, apreender é também deformar, ocultar fenômenos e estruturas. Cabe aqui um comentário do autor, caracterizando sua visão de espaços de conceituação: "Da mesma forma que os diferentes tempos da História não devem ser confundidos, mas devem ser vistos nos seus 'entrelaçamentos', os diferentes 'espaços de conceituação' aos quais precisa se referir o geógrafo devem ser objeto de um esforço de diferenciação e de articulação sistemáticos. É preciso fazer uma distinção radical entre 'espaço' tomado como 'objeto real', que não se pode conhecer senão através de um certo número de pressupostos mais ou menos deformantes, por intermédio de um instrumental conceitual mais ou menos adequado, e o espaço tomado como 'objeto de conhecimento', isto é, as diferentes representações do espaço real (a dos pintores, dos matemáticos, dos astrônomos, dos geógrafos...) que evoluíram histórica e simultaneamente com a descoberta progressiva que não será jamais terminada (pois a História não está acabada). Essas representações do espaço são ferramentas do conhecimento que devemos melhorar e construir, de forma a torná-las mais eficazes, para nos permitir compreender melhor o mundo e suas transformações". (LACOSTE, 1980, p. 82-83). Não há níveis de análise privilegiados para o conhecimento acadêmico, no plano da ação, ao contrário, certos níveis correspondem a **espaços operacionais**, a estratégias e táticas.

Não é suficiente ater-se aos conceitos. Estados-nacionais, por exemplo, não podem ser comparados independentemente de suas dimensões políticas, demográficas e espaciais. Por isso é conveniente classificá-los segundo **ordens de grandeza**, sendo estas:

- 1ª O.G.: 10 m^7 : Continentes, Oceanos, 3º Mundo, OTAN.
por exemplo;
- 2ª O.G.: 10 m^6 : URSS, Canadá, Mar Mediterrâneo, Andes, etc.
por exemplo;
- 3ª O.G.: 10 m^5 : França, R.U., Alpes.
- 4ª O.G.: 10 m^4 : Pequenos maciços montanhosos, subconjuntos
regionais de estados de 3ª O.G.
- 5ª O.G.: 10 m^3 :
- 6ª O.G.: 10 m^2 :
- 7ª O.G.: 10 m :

O grau de abstração é maior nas ordens superiores, ao passo que o número de conjuntos é maior nas inferiores. Resta ainda a questão da articulação de conjuntos pertencentes a diferentes ordens de grandeza, o que seria justamente "saber pensar o espaço". O autor sugere que limites coincidentes de conjuntos de diferentes ordens sejam investigados, por serem frequentemente indicativos de relações de casualidade. Outros tipos de relação entre conjuntos são inclusão ou exclusão (entre distintas ordens) e coincidência ou intersecção (dentro da mesma ordem de grandeza ou entre ordens vizinhas). É importante lembrar que se trata aqui de raciocinar estratégica e taticamente, segundo os fins.

A ilustração, seguida da legenda, resume o método.



FONTE: LACOSTE, 1988, p. 94.

"As características geográficas de um lugar preciso, ou a interação dos fenômenos que é preciso considerar para agir nesse lugar - sobre o desenho é o ponto x que se encontra no centro de cada um dos planos - não podem ser estabelecidas senão com referência às intersecções dos diferentes conjuntos, dos diversos níveis de análise. Estrategicamente, cada conjunto corresponde a um fator favorável ou desfavorável para a ação empreendida."

Espaço para Yves Lacoste é objeto do conhecimento, é representação do espaço (espaços de conceitualização), referido a extensão e ramo do conhecimento - perspectiva - acadêmico, determinado historicamente.

Essa é uma reação à fetichização do espaço que o autor identifica na Escola Francesa (leia-se Vidal de La Blache e suas regiões). Ao descartar a possibilidade de reconhecer (naturalmente) uma região conclui que todas as subdivisões do espaço são de origem intelectual pura, como se as questões fossem originadas no analista. Nota-se no entanto nas obras abordadas, a ausência de uma reflexão filosófica e epistemológica profunda que possa nortear os recortes. Nas palavras de Lipietz "Yves Lacoste (...) contenta-se em mostrar que existem várias escalas em Geografia. Certamente se indetifica com 'espaços diferenciais de conceitualização' e também coloca o problema de sua articulação, mas não coloca o da estrutura do todo 'que comanda diretamente essas variações' e não relaciona a diferença dos espaços à diferença das formas de espacialidades objetivamente determinadas pela natureza das diferentes relações sociais estudadas, deixando assim, por vezes, entender que a escolha da escala depende da escolha subjetiva de um nível de análise" (LIPIETZ, 1989, p.20-21). LIPIETZ baseou-se somente na leitura de "A Geografia Serve...", um auto-assumido ensaio-panfleto, e talvez devesse notar a intenção polemizadora do autor. Em um escrito posterior LACOSTE acrescenta que não se deve esquecer o global, que é necessário articular os vários níveis de análise e as interseções dos conjuntos que correspondem a cada um deles. Há tantas articulações entre o local e o planetário (passando por níveis intermediários que se pode chamar, por convenção, 'o regional', ou 'o nacional') quantos tipos de ações, empresas e estratégias e é em função de cada uma delas que se pode de maneira eficaz examinar pragmaticamente as várias formas de articulação possíveis entre as relações de força nos diferentes níveis de análise, "porque é finalmente sobre o terreno que se ganham as batalhas" (LACOSTE, 1982, p. 244). Deve-se deixar, como palavras finais de LACOSTE o parágrafo auto-explicativo em "Braudel Geógrafo": "Depois de haver percebido de maneira pragmática a eficácia que havia em se distinguir sistematicamente níveis diferentes de análise espacial, procurei durante muito tempo uma solução teórica para o problema de articulação de uns em relação aos outros. Era uma forma muito empírica pois era indispensável - eu as havia articulado em função do que pretendia demonstrar, ou do que desejava fazer nas situações concretas em que tivera que intervir. Mas eu buscava algo além disso. Acontece que, se Fernando Braudel distinguiu o tempo longo, o tempo curto e um tempo intermediário, creio que não procurou teorizar sua articulação. O Mediterrâneo está construído em três partes que, em princípio, correspondem a cada um desses tempos - o que não significa. (...), que ele não os tenha articulado em geral, mas o fez de maneira empírica, pouco a pouco, pode-se dizer. Se houvesse procurado construir uma teoria da articulação dos diferentes tempos da História (Jean Paul Sartre parece que tentou fazer isso na 'Crítica da Razão Dialética', mas atrapalhou-se e desistiu), sem dúvida eu o teria procurado mais cedo, pois era esse gênero de teoria que eu procurava no que se refere ao espaço. Mas por enquanto não é possível teorizar esse gênero de problemas." (LACOSTE. 1989, p-181-182).

As escalas dentro da teoria do sistema-mundo: a construção de Peter Taylor

Outro autor que se preocupou com a questão das escalas em Geografia Política é **Peter J. Taylor**, inglês. Através da análise de seu texto "Um Contexto Materialista para la Geografía Política", originalmente publicado em 1982 e incluído em 1985 na coletânea "Teoría Y Método en la Geografía Humana Anglosajona", e de seu livro "Political Geography - World Economy, Nation-State and Locality" de 1985 teve-se acesso a proposta por ele elaborada e aqui discutida.

O autor adota um enfoque holístico para a Geografia Política, contextualizando-a dentro da Economia Política. Assistindo à proposta de Immanuel Wallerstein da Teoria do Sistema Mundial e buscando a "estabilidade materialista subjacente à volatilidade política" (TAYLOR, 1985 b, p.5) ele argumenta que não pode haver uma teoria particular da Geografia Política, mas unicamente uma perspectiva geográfico-política dentro do contexto mais amplo da Economia Política. Através dessa nova síntese entre as Ciências Sociais e a História, Peter Taylor considera que a tradicional ênfase da Geografia Política no papel do estado como pivô da análise da sociedade deverá ser superada. Assim, ele propõe uma "**Economia Política da Escala**", constituída através da interpretação da sociedade em três escalas, e derivada dos conceitos básicos do materialismo e não dos "chamados processos espaciais" (Taylor, 1985 a, p.190).

As três escalas por ele propostas são a **economia-mundo**, o **estado-nação** e o **urbano**, identificando a recorrência da estrutura tripartida como forma de controle dos conflitos, como um dos três elementos básicos da moderna economia-mundo (cfe. Wallerstein):

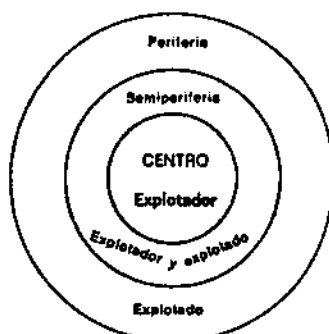
- 1) Mercado mundial único;
- 2) Estrutura política fragmentária;
- 3) A existência de três frentes no processo de exploração, para que este se dê fluidamente.

Wallerstein apresenta um modelo espacial da economia-mundo organizado horizontalmente em centro, semiperiferia e periferia. "Está claro que a principal diferença (entre as duas visões tripartidas) estava em que Wallerstein apresenta uma única pauta da economia-mundo, que podemos qualificar como estrutura espacial absoluta, enquanto nossa estrutura espacial relativa que separa várias experiências da realidade mediante a ideologia" (Taylor, 1985 a, p.192. Assim temos:

(I) División vertical por escala



(II) División horizontal por área



Formatos Alternativos da Visão Tripartida

A escala da realidade é a **escala mundial**, conforme a teoria marxista básica. O enfoque desenvolvido por Wallerstein proporciona o marco de uma estrutura espacial dinâmica em termos de ciclos de aproximadamente cinquenta anos (os ciclos de Kondratieff). Cabe, no entanto, explicitar porquê atribui-se à escala mundial o status de realidade. Taylor diz: "Por 'realidade' nos referimos à realidade holística, que é a economia-mundo concreta, e que incorpora outras escalas" (TAYLOR, 1985 b, p. 31).

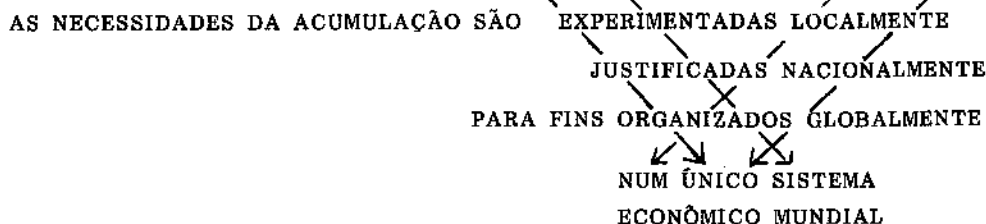
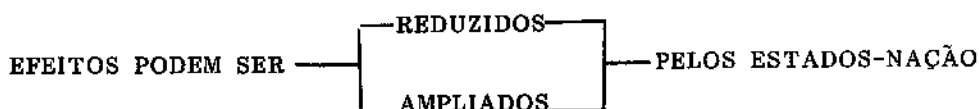
Em todo caso, a tomada de decisões está identificada com o Estado na formação social atual, que tem como um dos seus traços mais notáveis a falta de mecanismos de tomada de decisões em nível mundial: "está claro que o fato de que as instituições políticas mundias sejam débeis e desdenháveis os seus mecanismos de adoção de decisões políticas a escala mundial não significa que a escala global seja menos 'política' que as atividades levadas a cabo dentro das fronteiras dos estados particulares" (TAYLOR, 1985, p. 184).

A **escala do Estado** equivale à da ideologia, isto é, da consciência falsa, parcial na medida em que não situa seu objeto dentro da totalidade concreta e portanto, na medida em que não se adequa ao conjunto da realidade. Numa perspectiva geográfico-política identifica-se consciência parcial com nacionalismo e estatismo, que tratam o mercado mundial como a soma dos mercados nacionais, dos estados-nação, ao invés de tratar cada mercado/estado como uma parcela do todo.

A **escala da experiência**, ou seja do urbano, abarca as necessidades básicas tais como emprego, abrigo e consumo de produtos básico. Nas sociedades modernas, nos países centrais, as atividades econômicas cotidianas se encontram fragmentadas no conjunto de sistemas urbanos.

Os efeitos da acumulação e inversão/desinversão são aí experimentados de maneiras diferenciadas. Aí definem-se as oportunidades e serviços acessíveis e se 'determina' a qualidade de vida. No entanto, não se pode tratar a área urbana como um território isolado, suspenso no espaço e no tempo, já que "as atividades cotidianas em que nos envolvemos não se sustentam localmente. Pelo fato de vivermos num sistema-mundo, a arena que afeta nossas vidas é muito mais ampla que nossa comunidade local, seja ela urbana ou rural. Dentro da presente economia-mundo os eventos cruciais na estruturação de nossas vidas ocorrem numa escala global. Esta é a escala definitiva da acumulação na qual o mercado mundial determina valores que finalmente serão impostos a nossas comunidades locais. Mas esse efeito não é direto, o mercado mundial é filtrado através de agregados particulares de comunidades locais, os estados-nação" (Taylor, 1985 b, p/29-30).

Esquemáticamente, como resumo dessa proposta:



P. J. Taylor fundamenta toda sua discussão sobre escalas na Geografia Política a partir de uma visão materialista, na qual as situações concretas devem constituir o ponto de chegada das análises e não o de partida. Seu princípio organizativo espacial não tem, portanto, como base, traços tão correntemente empregados como tipos de distribuições espaciais ou elementos dimensionais, mas a economia-mundo, que se manifesta na mais ampla escala, a mundial (desdobrando-se verticalmente em estado-nação e cidade). Ele sustenta assim uma perspectiva geográfica e espacial, evitando, ao mesmo tempo "buscar explicações em termos espaciais abstratos (...) de modo que a perspectiva espacial será meramente uma forma de organizar nossas idéias materialistas" (TAYLOR, 1985 a, p. 187). Aceita-se assim uma hierarquia espacial, determinada pelo global, num movimento univocamente 'descendente'. A primazia é do macro sobre o micro. Taylor nos alerta contra um determinismo econômico, considerando que a política não é um mero reflexo da economia ("a questão interessante não é 'de que forma a base econômica determina a superestrutura política' mas ... o que ocorre com as relações sociais na sociedade burguesa que as faz assumir formas separadas como relações econômicas e relações políticas" [TAYLOR, 1985 a, p.185]).

Bertha Becker e a multidimensionalidade do poder e do espaço

Para compreender a proposta de escalas de análise de **Bertha K. Becker** buscou-se dois de seus textos: 'O Uso Político do Território: Questões a partir de uma Visão do Terceiro Mundo', publicadas no volume "Abordagens Políticas da Espacialidade", de 1983, e 'A Geografia e o Resgate da Geopolítica', pertencente ao número espacial comemorativo ao cinquentenário da Revista Brasileira de Geografia (1988).

Segundo Becker, é necessário adotar uma **perspectiva multidimensional do poder** - em contraponto à unidimensionalidade do poder, atributo natural de um estado entendido como produto do meio físico, na Geografia Política tradicional - para compreender o espaço como a fase concreta dos conflitos entre agentes diversos, interessados em demarcar seus territórios. Nas palavras da autora: "Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo sendo, em si, um poder" (BECKER, 1988, p. 100). Segue afirmando que "Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se pois agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais" (BECKER, 1983, p. 7). O território é concebido como a vivência do poder sobre o espaço. "É uma relação com o espaço que tenta afetar, influenciar, ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica" (BECKER, 1988, p. 108).

Cria-se então uma pluridimensionalidade do espaço, instrumentalizado através do conhecimento, apropriação de gestão de partes deste, num processo de territorialização. Da combinação do poder, reconhecido em múltiplos agentes sociais, e espaço, dimensão material das relações sociais, conferindo poder a quem dele se apropria, surge a proposta a seguir explicitada.

A autora vê na escala geográfica um princípio integrador. Aceita as ordens de grandeza de Lacoste, discutidas anteriormente, propondo no entanto que estas "sejam definidas por níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, arenas políticas expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitiva e momentaneamente, e cuja articulação com os demais níveis se faz através de conflitos e de sua superação, isto é, através das relações de poder" (BECKER, 1988, p. 109). Essa articulação permite também quebrar compartimentalizações fossilizadas no espaço, tais como "o Estado", "a Região" e "o Terceiro Mundo". São cinco as escalas:

1) o **Espaço Cósmico**: escala extraplanetária, fronteira técnico-científica povoada por satélites e naves espaciais, constituindo um laboratório de logística - guerra - e um posto avançado da gestão da Terra pelas superpotências. É produzido pelas corporações transnacionais e alguns estados. Recentemente incorporado;

2) o **Espaço Mundial**: planetário, unificado pelo imbricamento das estratégias conjuntas/conflitantes da economia, dos militares, das transnacionais, e dos blocos dos estados. Os movimentos ecológicos e pacifistas se organizam na escala global;

3) o **Estado-Nação**: simultaneamente produto e produtor da acumulação de capital e da guerra, gestor dos processos intra-estado, com autonomia relativa (com projetos e políticas nacionais particulares). Justifica-se pela ideologia nacionalista, que "não se resume a uma visão distorcida imposta por interesses de um só grupo social; é um sistema particular de representações sobre o mundo capaz de dirigir o comportamento dos homens numa situação, sistema de representações que, forjado em condições históricas e culturais diversas e componente fundamental da atitude política diferenciada dos Estados-Nação" (BECKER, 1988, p. 109). Há um enfraquecimento dos Estados-Nação como unidades econômicas, mas eles se mantêm como unidades políticas na atual reestruturação econômica.

4) a **Escala Regional**: fruto da prática dos detentores do poder e do conjunto da sociedade. Corresponde a um agregado de comunidades locais, com base na sua distinção econômica, política e cultural das demais comunidades dentro do Estado-Nação. Essa diferenciação é consolidada através da identidade da população com seu território. Sua expressão pode ser conflitiva com o bloco hegemônico no estado.

5) a **Escala Local**: o lugar, espaço vivido caracterizado pelo uso cotidiano do espaço em unidades tais como a família, a casa, o trabalho,

o consumo, o lazer. "A escala local é submetida às determinações de todas as demais e nela são mais visíveis as práticas estratégicas dos diferentes atores, e mais materiais os conflitos" (BECKER, 1988, p. 109). Nessa escala se originam os movimentos de resistência popular.

A proposição de um sistema escalar não é preocupação central de Becker. Sua proposta origina-se de Lacoste mas, ao selecionar níveis de análise a partir de uma 'territorialidade significativa' e/ou gestão do território, modifica-a completamente, como que respondendo ao apelo de Lipietz por uma relação entre variação espacial e formas de espacialidade determinadas pelas relações sociais (LIPIETZ, 1989, p. 20-21).

Nota sobre a metodologia de Coraggio

J. L. Coraggio apresenta em seu texto "Sobre la Especialidad Social y el Concepto de Región" (CORAGGIO, 1988, p. 17-61) uma discussão extremamente sistemática a respeito da categoria espaço e de sua relação com os processos sociais. Esse trabalho é aqui evocado a fim de proporcionar parâmetros epistemológicos para uma posterior discussão de sistemas escalares. A formulação quase telegráfica com que as discussões sobre o espaço e espacialidade, território, configuração e organização espacial ou territorial serão apresentadas, só se justifica dado o caráter deste trabalho.

As proposições ontológicas sobre o espaço (baseadas em N. Hartmann) são:

- a) a impossibilidade de uma teoria do espaço em geral;
- b) a necessidade de rechaçar a 'geometria' como uma 'ciência do espaço';
- c) a necessidade de descartar o determinismo geográfico (dada a supremacia do social);
- d) a necessidade de partir de uma teoria dos processos sociais para investigar a espacialidade social.

O espaço é uma condição categorial - determinação material de existência - do extenso, existindo através da dimensionalidade dos corpos. O espaço não é uma propriedade dos corpos.

A espacialidade é um momento categorial fundamental do corpóreo real. A espacialidade é uma propriedade dos objetos (coisas, relações, processos). Gnoseologicamente: não se podem elaborar sistemas teóricos a respeito de processos físicos sem conceitualizar sua espacialidade: a análise de relações particulares em uma sociedade concreta não prescinde da espacialidade (indireta, derivada do fato de que as relações sociais requerem, para sua realização, substratos físicos). A espacialidade social é historicamente determinada e não é universal.

Território é a referência geográfica à superfície terrestre, com rugosidades e especificidades físicas e biológicas (sítio e situação).

Configuração espacial ou territorial "é a distribuição particular de um conjunto de objetos físicos projetada sobre uma certa superfície homogênea (geralmente plana ou esférica) ou com respeito a uma dada rede de nós e arcos. Caso os objetos não estejam localizados de maneira fixa em relação à superfície ou rede de referência, o conceito de configuração estende-se aos caminhos descritos por seu movimento" (Coraggio, 1988, p. 133).

Organização espacial ou territorial ocorre quando uma configuração apresenta um processo social cíclico ou recorrente, que a reforça e conserva, ou quando é produto de atos voluntários, em função de certos objetivos conscientes, mediados socialmente.

Extrapolase-se que configurações e organizações espaciais podem dar-se em várias escalas dependendo do tipo de objeto observado e da espacialidade que lhe é intrínseca. Os substratos físicos das relações sociais podem ser de dimensões (métricas) variadas, constituindo múltiplas escalas. A espacialidade física é sobredeterminada pela espacialidade social, portanto esta determinará a suite escalar conveniente para análise da articulação entre diferentes configurações e organizações espaciais.

Uma aproximação à problemática do MERCOSUL

Em 26 de março de 1991 a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram o Tratado de Assunção para a criação do Mercado Comum do Sul - Mercosul. Nos casos da Argentina e do Brasil, a iniciativa incorporou arranjos bilaterais prévios negociados desde a metade dos anos 80 e consolidados no Tratado de Integração Econômica vigente desde agosto de 1989.

O Mercado Comum tem como idéia básica buscar eficiência em qualidade e preço num mercado ampliado. Objetivos declarados são elevar a qualidade de vida do povo e promover a inserção das quatro economias no mercado internacional, para uma melhor utilização dos recursos disponíveis e promoção do desenvolvimento econômico.

A idéia é fortalecer grupos subregionais sem criar áreas exclusivas de integração. De acordo com o Tratado de Assunção o Mercosul criará em dezembro de 1994 uma área livre de tarifas alfandegárias, uma tarifa externa e uma política comercial comuns em relação a terceiros países ou grupos de países e uma coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais.

Alguns autores (por exemplo CICCOLELLA, 1991) propõem uma visão mais crítica do que a descrita no marco institucional explicitado acima. Assim, o atual processo estaria referenciado em causas internas e externas, sendo as ultimas as novas necessidades estruturais do sistema capitalista em nível global e nacional, implicando em transformações tecnológicas, produtivas, sociais, políticas e territoriais. Daí, ter-se-ia um novo desenho da divisão territorial global do trabalho, por regiões e não por países. Do ponto de vista global, a nova polarização se dá entre setores sociais e produtivos dos países centrais e em desenvolvimento versus setores sociais e produtivos marginais (minoritários nos países centrais e majoritários nos periféricos, mas crescentes em ambos os casos).

Surge então uma nova malha de relações pluriescalares com o declínio ou reorientação da capacidade regulatória do estado nacional. Atualmente cada região, província ou município tende a se inserir mais ou menos diretamente nessa malha que caracteriza o capitalismo atual, que para sua expansão parece necessitar driblar de maneira crescente a mediação de estados nacionais intervencionistas. Não cabem, então, muitas alternativas às nações do Cone Sul, já que a estruturação do mercado internacional em blocos e a escassez de recursos financeiros em nível mundial impulsiona a criação do Mercosul.

A partir desse quadro, identifica-se como níveis de análise, segundo Lacoste e definidos por suas dimensões lineares, ordens de grandeza equivalentes a 2, no caso do Brasil e da Argentina. (Brasil W-E = 4380 km; Argentina N-S = 3540 km) e equivalentes a 3, quando se trata de Uruguai e Paraguai, donde evidentemente serão necessários raciocínios diferenciados para análise dos efeitos da integração em cada um desses pares de países.

Adotando a concepção de Taylor - economia-mundo / estado-nacional / urbano - a análise tentativa enquadra-se facilmente na lógica por ele proposta. Assim temos uma explicitação da determinação da economia-mundo sobre o estado-nacional (até mesmo contra sua permanência na forma presente) refletindo, possivelmente, em quadro locais de produção, consumo, etc.

A elaboração de Becker - cósmico / mundo / estado / região / local - presta-se também para a compreensão da questão tratada. O cósmico não pode ser desconsiderado, já que o estabelecimento de redes técnicas que possibilitam a nova estruturação econômica é condicionada pelo domínio do espaço sideral. O mundo, estado, região e local, podem ser abordados como na concepção de Taylor, com duas ressalvas: 1) O regional aqui é constituído por grupos de países, sendo, portanto, supranacional; 2) O movimento de influência do local ao global pode ser aqui compreendido (o que não ocorre em Taylor) através da concepção territorial.

Uma última consideração

Buscou-se estudar os sistemas escalares de cada um desses autores por parecer que aí seria possível encontrar a chave do tamanho, o método que proporcionasse a fluidez entre o macro e o micro, entre a estrutura e a ação, entre o global-abstrato e o cotidiano-concreto. Todos os autores insistem na primazia do primeiro elemento destes pares, e a discussão sobre o dia-a-dia não faz parte dos grandes esquemas generalizantes.

Talvez a explicação para isso esteja na impossibilidade de apreender e analisar o todo. Qual teoria seria capaz de compor uma visão/sentimento/análise que desse conta das várias formas de manifestação, em todas escalas, do que nos cerca? existe chave do tamanho sem pó de pirlimpimpim?

Bibliografia

BAHIANA; Luís Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao Estudo da Questão da Escala na Geografia Humana** Escalas em Geografia Urbana. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

BECKER, B. K. "O Uso Político do Território: uma visão a partir do Terceiro Mundo". In: Becker, B. K. (et al). **Abordagens Políticas da Espacialidade** p.1-21, RJ, Depto. Geografia da UFRJ, 1983.

_____, "A Geografia e o Resgate da Geopolítica". Revista Brasileira de Geografia (50) T2: 99-125, RJ, IBGE, 1988.

CICCOLELLA, Pablo José . "Nuevos Sistemas de producción y Transformaciones Territoriales: reflexiones sobre el rol del cambio tecnológico y la reestructuración socioeconómica en el proceso de integración em el Cone Sur". Apresentado no II Seminário Técnico de Integração do Cone Sul, Porto Alegre, 23-25, de setembro de 1991.

CORAGGIO, José Luís.. **Territorios en Transición: crítica a la planificación regional en America Latina**. Quito, Ciudad, 1988.

JOHNSTON, R. L. (et al) **The Dictionary of Human Geography**. Oxford, Basil Blackwell, 1981.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra**. Campinas, Papirus, 1988.

_____, **Differents Niveaux D'Analyse Geopolitique: Du Planetaire au Global et du Global au Planetaire**. IGU - Latin American Regional Conference Vol. II - pp. 241-4. Simpósios e Mesas Redondas - RJ, IBGE, 1982.

- _____, **Unité et Diversité ao Tiers Monde: Des representations planetaires aux stratégies sur le terrain.** Paris, Maspero, 1980.
- _____, "Braudel Geógrafo" in: AYMARD, Maurice (et al). **Ler Braudel** pp. 175-219. Campinas, Papirus, 1989.
- LAURELLI, Elsa et ROFMAN, Alejandro. "Las Políticas de Integración y los Territorios Fronterizos de Argentina, Brasil y Uruguay: apuntes para una metodologia". Versão preliminar apresentada no II Seminário Técnico de Integração do Cone Sul, Porto Alegre, 23, 25 de setembro de 1991.
- LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço.** São Paulo, Nobel, 1988.
- LOBATO, Monteiro. **A Chave do Tamanho.** São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. "Escala e Ação, Contribuições para uma Interpretação do Mecanismo de Escalas na Prática da Geografia". Revista Brasileira de Geografia 45(1):123-135, RJ, IBGE, 1983.
- RANDOLPH, Rainer. "Configuração e Organização Territorial: análise de espacialidade e temporalidade". RJ, mimeo, 1990.
- TAYLOR, P. J. "Un Contexto Materialista para la Geografia Política". In: García Ramon, Maria Dolores. **Teoría y Método en la Geografia Humana Anglosajona.** pp. 178-206. Barcelona, Ariel, 1985.
- _____, **Political Geography.** Cingapura, Longman, 1985.